

012
PROJETO DE LEI N.º /99

**DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS V DO ART. 2.º E
AO ART. 4.º DA LEI MUNICIPAL N.º 005/97, DE
13.02.1997**

O Prefeito Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - O inciso V do art. 2.º da Lei Municipal n.º 005, de 13.02.1997, passa a vigorar com a seguinte redação, suprimindo-se a redação do inciso VI e renumerando-se os seguintes:

“Art. 2.º -

V – apreciar, aprovar e acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e Fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos.”

Art. 2.º - O art. 4.º da Lei Municipal n.º 005 de 13.02.97, passa a vigorar com a seguinte redação, suprimindo-se os incisos:

“ART. 4.º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação do representante legal das entidades.”

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabeceira Grande (MG), 14 de Junho de 1999


Antonio Nazare Santana Melo
Prefeito Municipal

Ofício GABIN n.º 110/99
Mensagem a projeto de Lei
Cabeceira Grande (MG) 14 de Junho de 1999

Senhor Presidente,

Apraz-me encaminhar por intermédio de Vossa Excelência, para ser submetido à consideração dos ilustres pares dessa colenda casa, a propositura de lei apenas, que cuida de efetuar modificações simples no texto da Lei n.º 005, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social neste Município, isto em 13 de fevereiro de 1997.


Com todo empenho do Governo Federal para alcançar a municipalização ainda este ano, desdobrou-se o Conselho Estadual no sentido de conferir às diversas gestões dos municípios de um padrão mínimo de atuação com vistas ao credenciamento e enquadramento destes nas rígidas regras do Conselho Federal de Assistência Social.

No caso de Cabeceira Grande(MG), técnicos do Conselho Estadual recomendaram pequenas modificações no sentido de aperfeiçoar o texto de nossa legislação, apenas para evitar mal entendidos daqueles dispositivos, no caso, o inciso V Art. 2.º, cuja redação conflita desnecessariamente com a redação do inciso VI, assim como se verificou ser desnecessário os incisos I e II do Art. 4.º.

O texto ora proposto corrige aqueles equívocos e coloca nossa legislação dentro do padrão aceitável pelo Conselho Federal, o que tornará este município elegível para as ações municipalizadas doravante.

Na expectativa de que a matéria seja apreciada e aprovada aproveito do ensejo para renovar protestos de estima consideração.

Cordialmente,


Antonio Nazare Santana Melo
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Vereador Alberto Martins
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal
Nesta

Log. - Câmara de Cabeceira Grande	
Protocolado no Livro próprio às folhas	
0030	sob o nº 0613
às 13:30	Horas
Cabeceira Grande - MG 15/06/99	



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art.84,III,"m" da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DISTRIBUI, na forma de avulso, à(s) Comissão (ões) abaixo identificada (s) a proposição a que se refere este DESPACHO, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Gabinete do Presidente, em 15/06/99.


VEREADOR ALBERTO MARTINS
Presidente

COMISSÃO (ÕES):

DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 012 / 1999.

CIENTE EM: 15/06/99


PRESIDENTE DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



DESPACHO

COMISSÃO (ÕES):

DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI nº 012 /1999.

O Presidente da (s) Comissão (ões) acima identificada (s), no uso da atribuição que lhe confere o art. 125, IV, da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DESIGNA o senhor Vereador ALECIO MUNDIM, como relator da proposição epigrafada, distribuindo-a, na forma de avulso, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Sala das Sessões, 15/06/99.


PRESIDENTE DA COMISSÃO

CIENTE EM 15/06/99.


RELATOR DESIGNADO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 027/1999

PROJETO DE LEI Nº 012/1999

Dá nova redação ao inciso V do art. 2º e ao art. 4º da Lei Municipal 005, de 13.02.1997

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL

RELATOR: VEREADOR ALÉCIO MUNDIM

Câmara Municipal de Cabeceira Grande	
Protocolado no Livro próprio às folhas	
0030	sob o nº 0618
às 11:20	Horas
Cabec. Grande - MG 22/06/99	
<i>Alcino</i>	

RELATÓRIO

Trata-se de matéria que tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Municipal 005, de 13.02.1997, e que criou o Conselho Municipal de Assistência Social.

A proposição em a esta Comissão para exame preliminar de admissibilidade, nos termos do art. 107, I, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre registrar que o Conselho Municipal de Assistência Social, cuja competência e forma de composição estão sendo modificados nesta proposição, é exigência da Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. O Município atendeu os requisitos ali estabelecidos, tanto assim que criou, via da Lei 005/1997, o mencionado Conselho.

A intenção agora é promover alterações pontuais no texto, modificando-se especialmente a redação do inc. V do art. 2º e suprimindo o seu inc. VI, renumerando-se os demais, e ainda a redação do art. 4º.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS



O texto do inciso V da lei estabelece que compete ao Conselho propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos, enquanto que o inciso VI acrescenta a competência de acompanhar tais critérios. A nova redação traz a competência para apreciar, aprovar e acompanhar os critérios para a programação e para as execuções financeira e orçamentária. É uma redação mais consistente, uma vez que o CMAS não terá mera competência de propor e de acompanhar, mas de apreciar, aprovar e acompanhar tais critérios.

Quanto ao art. 4º, a redação primitiva determina que os membros efetivos e suplentes do CMAS sejam nomeados pelo Prefeito Municipal mediante indicação da autoridade estadual ou federal correspondente, quanto às respectivas representações, e do único representante legal das entidades nos demais casos. A nova redação é mais simples e, digamos, mais inteligível, uma vez que limita-se a determinar que a indicação se faça através do representante legal das entidades.

Por fim, quanto ao exame da técnica legislativa, nenhum reparo há de ser feito ao Projeto de Lei 012/99, tendo ele atendido as regras previstas na Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Posto isto, nosso voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei 012/99.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1999.


VEREADOR ALÉCIO MUNDIM
Relator